



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (15/02) a Quinta-feira (21/02)

Manchetes

Pastoral Carcerária: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi impedido por ministério de visitar prisões no CE

Agência Pública: Policiais Militares enfrentam números explosivos de transtornos mentais e suicídios

Ponte: Pacote anticrime de Moro atinge pobres, negros e periféricos, dizem entidades

Nexo: A torre da polícia no Rio. E as mortes de Manguinhos

UOL: PCC pode ter guerra interna e nova liderança após transferência de chefes, diz promotor ameaçado pela facção

O Globo: Ao pedir volta de presos federais a seus estados, DPU cita portaria de Moro que restringe visitas

EBC: CNJ pede explicações a juízes por falta de audiências de custódia

O Globo: Governo quer criar Guarda Nacional marítima e de fronteira para combater tráfico e contrabando

Folha de S. Paulo: Intervenção no Rio não gerou mudanças efetivas, conclui estudo

Síntese das notícias

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi impedido por ministério de visitar prisões no CE: Pastoral Carcerária divulga comunicado público do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) que foi impedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de visitar o sistema prisional e socioeducativo no Estado do Ceará. Desde o início do mês de janeiro de 2019, o Mecanismo vem recebendo e acompanhando denúncias graves de situações referentes a maus tratos, tratamentos degradantes, desumanos, cruéis e tortura dentro do Sistema Prisional, do Sistema Socioeducativo e durante Audiências de Custódia do Estado do Ceará. **(15/02/2019)**

Homens de farda não choram: Reportagem especial da **Agência Pública** revela que em todas as regiões do país, que contam com cerca de 425 mil policiais militares, são altas as taxas de suicídio e de transtornos mentais dentro das corporações. Em São Paulo, por exemplo, estado com o maior efetivo policial do país (93.799 agentes), 120 policiais



militares cometeram suicídio entre 2012 e 2017. Para o pesquisador de segurança pública, Paes de Souza é doutorando da Universidade de São Paulo (USP), há uma inadequação da formação policial para lidar com a pressão da violência cotidiana. O treinamento exigente – quando não abusivo – desde a entrada na corporação prolonga-se em um cotidiano de rigidez hierárquica e intimidação, agravando o estresse, o medo e a angústia inerentes à profissão. **(19/02/2019)**

Pacote anticrime de Moro atinge pobres, negros e periféricos, dizem entidades: O pacote anticrime do ministro Sérgio Moro “carece de embasamento teórico suficiente, de análise de impacto social e de uma efetiva construção democrática, configurando-se ineficaz”. É assim que as Defensorias Públicas do RJ e SP, IDDD (Instituto de Defesa do Direito à Defesa) e o Ibccrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) definem as propostas do governo de Jair Bolsonaro para a segurança pública, incluindo os decretos de posse de armas e de indulto de presos. As críticas estão em um documento desenvolvido e aprovado na última sexta-feira (15/2), durante o seminário “Recrudescimento Penal e a Política Criminal no Brasil” realizado em São Paulo. Pelo menos outras 29 entidades assinam o manifesto. Fonte: **Ponte. (15/02/2019)**

A torre da polícia no Rio. E as mortes de Manguinhos: A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga uma possível ação de *snipers* (atiradores de elite) na morte de ao menos duas pessoas na comunidade de Manguinhos, zona norte da cidade. Suspeita-se de que os tiros tenham sido disparados de uma torre da própria polícia. Na segunda-feira (18), uma perícia foi realizada na Praça do Flamengo, numa área conhecida como Coreia, onde as mortes ocorreram em 25 e 29 de janeiro de 2019. A Human Rights Watch cobrou uma investigação realizada por agentes externos. “Dada a possibilidade de que o assassino seja um policial civil atirando de uma instalação da Polícia Civil, a investigação não deveria ser liderada pela Polícia Civil, mas pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro e pela Polícia Federal”, afirmou Daniel Wilkinson, diretor adjunto da divisão das Américas da ONG. Fonte: **Nexo. (19/02/2019)**

PCC pode ter guerra interna e nova liderança após transferência de chefes, diz promotor ameaçado pela facção: UOL informa que o promotor Lincoln Gakiya, principal responsável por investigar a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), afirma



que o grupo pode passar por disputa interna e novas lideranças podem emergir após a transferência da cúpula da organização para presídios federais, na semana passada. Em entrevista à BBC News Brasil, Gakiya diz que a transferência dos detentos deve ser encarada como uma oportunidade para o Estado avançar no combate à facção - para ele, o foco agora deve ser rastrear como o grupo utiliza seu dinheiro. O promotor acredita que, se a facção não for contida, e se adquirir "expertise em lavagem de dinheiro", pode se tornar uma organização comparável a uma máfia. (20/02/2019)

Ao pedir volta de presos federais a seus estados, DPU cita portaria de Moro que restringe visitas: Em manifestação entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Defensoria Pública da União (DPU) voltou a defender o retorno de todos os detentos que estão há dois anos ou mais no sistema penitenciário federal aos seus estados de origem. E apresentou um argumento novo: a portaria assinada este mês pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro . A medida banuiu o contato físico entre detentos e visitantes nas cinco penitenciárias federais, estabelecendo que os encontros só ocorram no parlatório, onde um vidro separa os presos de familiares e amigos, que só se comunicarão por meio de interfone. Poderão ocorrer visitas também por videoconferência, segundo as novas regras. Fonte: **O Globo**. (18/02/2019)

CNJ pede explicações a juízes por falta de audiências de custódia: O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) intimou dois juízes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) a prestar informações sobre a decisão de decretar prisões preventivas sem antes determinar a realização de audiência de custódia para ouvir os acusados. De acordo com a CNJ, não realizar audiência de custódia com o cidadão que é preso no país descumpre a Resolução CNJ n. 213, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil. O presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, estabeleceu prazo de 15 dias para os juízes se explicarem sobre o ocorrido. Fonte: **EBC**. (18/02/2019)

Governo quer criar Guarda Nacional marítima e de fronteira para combater tráfico e contrabando: No mesmo dia em que apresenta ao Congresso seu pacote de leis anticrime, o governo federal discute a criação de uma Guarda Nacional marítima e de fronteira para atuar no combate ao contrabando, ao tráfico de drogas, de armas e de



animais. A ideia é que a nova modalidade de polícia cuide de áreas fronteiriças e regiões oceânicas que não são de atribuição restrita da Marinha, como em portos e zonas pesqueiras. A nova força policial também teria a atribuição de fiscalizar embarcações e a entrada de drogas por meio dos principais pontos turísticos do Brasil. O secretário nacional de segurança pública, Guilherme Theophilo, disse que a proposta do governo é criar uma Guarda Nacional que vai servir de reforço para aos estados. Fonte: **O Globo.** (19/02/2019)

Intervenção no Rio não gerou mudanças efetivas, conclui estudo: A intervenção federal não produziu mudanças significativas na segurança pública do Rio de Janeiro e não deve ser copiada por outros estados. Essa foi a conclusão de uma equipe de pesquisadores do Observatório da Intervenção Federal formada por membros da Universidade Cândido Mendes. A equipe acompanhou a medida diariamente nos seus mais de dez meses de duração. O Observatório lançou um relatório com os principais dados e informações que coletou no período e critica principalmente a política de operações (foram contabilizadas 711), confrontos e ocupações em favelas, em detrimento de ações de inteligência para desarticular o crime organizado e a de modernização das polícias. Fonte: **Folha de S. Paulo.** (14/02/2019)